

O OLHAR DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS ACERCA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO

AGUIAR, Priscila de Souza de¹; WÜRDIG, Rogério Costa²

¹Universidade Federal de Pelotas, Licenciatura em Pedagogia, pryscylasouagui@yahoo.com.br;

²Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Ensino, rocwurdig@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho expressa resultados parciais da pesquisa ‘Infâncias Abrigadas: estudos compreensivos com crianças sob a tutela do estado’ iniciada no primeiro semestre de 2010 com financiamento da FAPERGS. Objetivamos compreender, a partir do ponto de vista das crianças, como é a condição de abrigo provisório. A pesquisa prioriza os modos de ser, agir e pensar das crianças em situação de risco.

O abrigo de crianças sob a tutela do Estado é resultante de um longo processo histórico e político bastante tenso, ora tratando as crianças como menores delinquentes, ora como menores carentes (VERGARA, 1992; RIZZINI, 2004). A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, as crianças, especialmente as abrigadas, também puderam ser vistas como cidadãos de direitos. No entanto, pouco se sabe sobre “ser e estar abrigado” a partir da ótica das próprias crianças.

O abrigo enquanto uma medida de proteção prevista no ECA (BRASIL, 1990) tem a finalidade de resgatar o ambiente familiar, substituindo a família original das crianças em situação de abandono, oferecendo-lhes a oportunidade de uma convivência afetiva equilibrada e saudável, condição indispensável ao seu pleno desenvolvimento.

Os estudos desenvolvidos na pesquisa pautam-se no entendimento da condição histórica da infância enquanto grupo social (DEL PRIORI, 2000; SARMENTO, 2007); na história da institucionalização infantil (RIZZINI, 2004; VERGARA, 2004); na constituição da infância e das famílias (FONSECA, 1999) e das políticas públicas de proteção à infância (PASSETTI, 2000; BRASIL, 1990). Apoiados nestes estudos e na análise parcial dos dados, optamos por apresentar a caracterização do abrigo pesquisado e as mudanças propostas pelas crianças no que diz respeito ao espaço físico, às regras e às pessoas que trabalham no abrigo. As mudanças constituem uma das categorias de análise da pesquisa.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A importância da participação das crianças em pesquisas levou-nos a optar pela abordagem socioantropológica e indicou a etnografia com crianças como a metodologia de pesquisa mais adequada para compreender as infâncias. Para tanto, utilizamos como ferramentas a observação participante e as entrevistas conversadas. Complementaram essas ferramentas as conversas informais com as crianças e adultos responsáveis pelo abrigo, as fotografias do espaço, a entrevista com a Assistente Social, além da análise documental da instituição. O uso dessas ferramentas em espaços e tempos também diferentes atende ao princípio da triangulação na pesquisa etnográfica. A triangulação foi uma possibilidade tanto de aprofundar como de redirecionar o processo de pesquisar com as crianças (GRAUE e WALSH, 2003).

Participaram desta pesquisa crianças e jovens, com idade entre 2 anos e 4 meses e 18 anos, sendo 5 meninos e 12 meninas. A participação dos sujeitos não foi obrigatória, sendo que todos foram convidados e aceitaram participar. Porém, anteriormente ao aceite, estabelecemos contato e obtivemos autorização da coordenadora da instituição e da Promotora da Infância e da Juventude.

O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de observações participantes, duas vezes por semana, pela manhã e pela tarde, em dias alternados, durando cerca de duas horas, envolvendo três pesquisadores. No período em que as crianças e jovens estavam na casa procuramos acompanhá-los antes, durante e depois das refeições, ouvindo música, brincando, assistindo TV, realizando tarefas escolares, acessando a internet, conversando, contando histórias. As entrevistas-conversadas foram realizadas individualmente, no próprio abrigo, sobre dia-a-dia no abrigo, tarefas domésticas, escola, mudanças, interações entre crianças e jovens e destes com os adultos, preferências e individualidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Casa da Criança e do Adolescente (CCA) fundada em agosto de 2004, com capacidade máxima de 20 moradores, tem por objetivo atender crianças e adolescentes, de ambos os sexos, “de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos incompletos, órfãos, abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos, de abuso sexual e em condições de vulnerabilidade social”. Além disso, procura resgatar, em conformidade com o ECA, o “direito à liberdade, ao respeito, à dignidade da pessoa humana e à cidadania (Regimento Interno, 2004, p 2.).

A CCA é de caráter provisório e situa-se em um município da região sul do Rio Grande do Sul. Para atender as crianças conta com um quadro de 15 funcionárias concursadas que executam as tarefas necessárias ao funcionamento do abrigo. Estas ocupam os cargos de coordenadora (uma), psicóloga (uma), educadoras sociais (nove), merendeiras (duas) e serventes (duas). As educadoras sociais dividem-se por plantões, em duplas, sendo seis para o período do dia e seis para o período da noite.

O prédio onde funciona a CCA é bastante arejado, iluminado, colorido e todo murado, com um portão central mantido sempre fechado com cadeado. Apresenta 03 quartos, 02 banheiros, uma cozinha, um refeitório amplo, uma sala de TV e vídeo, uma rouparia, uma sala da coordenação e outra sala de estar, menor e pouco utilizada pelos moradores da casa. Dos 03 quartos existentes, um é para os meninos, outro para as meninas e o terceiro é destinado aos bebês e para as crianças pequenas até os sete anos de idade. Em quase todos os cômodos existem fotografias individuais e coletivas dos que já estiveram ou estão na casa. Na área externa há uma dispensa, no fundo, à direita, separada do restante da casa, onde são armazenados os produtos de limpeza, a máquina de lavar e secar roupas e os alimentos. Existem também, nessa mesma área, dois pátios pequenos, localizados na frente e nos fundos do terreno, ambos são cimentados e sem árvores ou qualquer tipo de arbusto.

Embora não tenhamos priorizado na investigação os motivos que levam as crianças e os jovens ao abrigo, obtivemos acesso aos documentos que caracterizam a origem dos acolhimentos. Desde sua fundação já passaram pelo abrigo 145 crianças (até fevereiro de 2011) sendo que destes, 79 são meninas e 66 meninos. O motivo mais frequente “de vulnerabilidade” é a negligência associada a outras formas de violência (42%), seguida por abandono ou falta dos responsáveis (15%),

maus tratos (14%), dificuldade de relacionamento (10%), suspeita de abuso (10%) e alcoolismo dos responsáveis (9%).

Todas as crianças estudam em escolas públicas da rede estadual ou municipal, com exceção de uma menina que estuda na APAE. O grupo que estuda à tarde participa, pela manhã, de atividades (esportivas, artesanais) oferecidas pelo ASEMA (Apoio sócio-educativo no meio aberto), localizado próximo ao abrigo. Além disso, há um menino que duas vezes por semana é auxiliar no ASEMA e duas meninas que aprendem um ofício num determinado setor da prefeitura. Os que estudam no turno da manhã, à tarde permanecem na CCA realizando atividades como assistir TV (desenhos, novelas e programas variados) e DVD (filmes e clipes), ouvir música (na sala, no refeitório e/ou no quarto), realizando pequenas atividades domésticas como estender, recolher e dobrar as roupas, arrumar a cama e o quarto. As roupas e os produtos de higiene pessoal não são de uso coletivo, devendo cada morador ser responsável pela conservação e cuidado.

Acreditando que o ponto de vista das crianças e dos jovens é fundamental para compreender suas experiências, procuramos instigá-los, a pensar mudanças na CCA. Fomos surpreendidos pelas suas atitudes de estranhamento, espanto e dúvida em relação ao direito de propor algum tipo de mudança na instituição. Isso indica o quanto os direitos de participação das crianças e dos jovens ainda encontram grandes obstáculos (FERNANDES, 2007) nas instituições que tendem a acolher e proteger sem encorajar uma participação ativa.

Embora não exista um consenso entre as crianças e os jovens, a maioria mudaria algumas das educadoras sociais, as “tias”, aquelas consideradas “chatas”, que “exageram” nas exigências e que procuram mantê-los todos juntos num mesmo lugar. Os jovens indicam mudanças para ampliar e qualificar o espaço da sala e dos quartos, como “ter mais um sofá”, “ter computador com acesso à internet” e “TV com antena nos quartos”, tornando-os mais confortáveis e agradáveis. Os jovens também gostariam de dormir mais longe das crianças porque “eles berram” e “não calam a boca”. As meninas jovens, em maior número, também vislumbram um quarto mais espaçoso “que tivesse um armário, que nem lá das tias, pra cada um de nós”.

Diferentemente dos jovens, as crianças apresentam mudanças de outro caráter, mais lúdicas e que implicam transgredir algumas regras e rotinas, como “fazer bagunça”, como “guerra de travesseiro”, “brincar mais, jogar futebol” e até “quebrar vidros” e “quebrar cadeiras”, “fazer um monte de coisa, tipo colocar vestido”. Os jovens, em relação às regras, questionam as “tias” quando “botam a gente de castigo se a gente aprontar”, reivindicam o uso “do celular dentro da casa” e demonstram insatisfação com as brigas dos “guris” com as meninas.

4 CONCLUSÃO

A partir da caracterização do CCA é possível perceber que a ideia de casa, com poucos moradores, de ambos os sexos, de diferentes faixas etárias, mostra-se como uma possibilidade para superar o formato dos antigos abrigos. Apesar dos tensionamentos existentes entre crianças, jovens e adultos, há indicadores de que as condições de abrigamento, nesta instituição, estão atentas ao ECA. É preciso avançar no que diz respeito à garantia dos direitos, principalmente à participação nas decisões que interferem nas regras, no percurso e na constituição da história de cada um durante a permanência na casa.

Conclui-se que as crianças e os adolescentes do abrigo investigado têm algo a dizer, que vale pena escutar. Há aspectos que só são compreensíveis quando se

leva em conta o ponto de vista dos abrigados. Na medida em que adentramos nos seus modos de viver, agir e compartilhar abre-se a possibilidade de tornar visível e discutível as infâncias desse grupo social no âmbito da universidade e das políticas públicas.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 8.069/90*, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do adolescente**, Brasília. Câmara Federal.

DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FERNANDES, N. O centro e a margem: infância, proteção e acolhimento institucional. In: RAMOS, V.; SARMENTO, M (orgs.). **Infância (in) invisível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

FONSECA, C. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, Edson (Org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GRAUE, M.; WALSH, D. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SARMENTO, M. Visibilidade social e estudo da infância. In: RAMOS, V.; SARMENTO, M (orgs.). **Infância (in) invisível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

REGIMENTO INTERNO. Casa da Criança e do Adolescente. 2004.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: Percurso. Histórico e Desafios do Presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004.

VERGARA, S. A Gestão da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista de administração pública** – v 26, n.3, jul./set. 1992.

URIARTE, P. Estrutura e composição dos abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre. In: I Simpósio Regional de Políticas Públicas pela família: suas e diretrizes, 2006. **Anais**. Pelotas: Ministério Público, 2006.